PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gabriel Leite, 45 - Centro - 36390-000 – Itutinga/MG
licitacaoitutinga@gmail.com

AVISOS IMPORTANTES

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA SH3

Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

Acessar o painel pregão eletrônico em https://itutinga.licitapp.com.br//login, selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página https://itutinga.licitapp.com.br//login/novoUsuario). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (fornecedor).

Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;

Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção Fornecedor, CNPJ e senha.

ATENÇÃO

Para **CADASTRAR A PROPOSTA** e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção **Usuário/representante, utilizando o CPF e Senha**, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, **PREENCHIDA A PROPOSTA** e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

PREGÃO ELETRÔNICO:
046/2026

OBJETO:
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total de veículos da frota municipal.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:
R$ 246.554,80 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia:
11/12/2026 as 08:00h (horário de Brasília)

LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:
https://itutinga.licitapp.com.br//login

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTA:
Até o dia: 10/12/2026 até as 16h:00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, ME E EPP:
( ) Sim
(X) Não.

OBS.: OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÃO SOLICITADOS APÓS A FASE DE LANCES E DE NEGOCIAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE AO LICITANTE PROVISORIAMENTE VENCEDOR, NOS TERMOS DO ART. 64 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. A SOLICITAÇÃO SERÁ REALIZADA POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCESSAMENTO DESTA LICITAÇÃO, DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO.

EDITAL N°. 059/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUTINGA – MG
CNPJ: 18.244.384/0001-53

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2026
(Processo Administrativo n°. 104/2026)
Regido Pela Lei Nº. 14.133/2021, e Decreto Municipal Nº. 5.228/2023

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE ITUTINGA**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.384/0001-53, com sede na Rua: Gabriel Leite, nº 45, Centro, Itutinga/MG, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em conformidade com o disposto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta esta modalidade como adequada para aquisição de bens e serviços comuns.
O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**, nos termos do **art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da eficiência e economicidade.
O pregão será conduzido pela Agente de Contratação/Pregoeira, **Srta. Itatiane Aparecida de Jesus**, com o apoio de sua equipe, conforme designado na **Portaria n°. 8.437 de 04 de agosto de 2026**, publicada no Diário Oficial do Município (DOM).
O Pregão Eletrônico ocorrerá na plataforma: https://itutinga.licitapp.com.br//login, onde este edital e seus anexos permanecem à disposição dos interessados, bem como podem solicitar esclarecimentos e acompanhar todos os atos referentes a este procedimento.

1 - DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total de veículos da frota municipal.
1.2. A licitação será por Item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Itens/Lotes forem de seu interesse.

2 - INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA SH3:

2.1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:
2.2. Acessar o painel pregão eletrônico em https://itutinga.licitapp.com.br//login;
2.3. Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página https://itutinga.licitapp.com.br//login/novoUsuario). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: LEMBRANDO QUE NESSE PRIMEIRO MOMENTO O CADASTRO SERÁ REFERENTE À EMPRESA (FORNECEDOR).
2.4. Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema.

2.5. Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção Fornecedor, CNPJ e senha.

2.6. Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção **Usuário/representante, utilizando o CPF e Senha**, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, **PREENCHIDA A PROPOSTA** e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Os licitantes deverão utilizar o sistema SH3 Informática LTDA, para apresentar a documentação de habilitação, ofertar a proposta e enviar seus lances.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **sistema SH3 Informática Ltda**, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº. 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2. e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2. e 3.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema SH3, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de acesso à área do usuário indicado pelo fornecedor no sistema SH3.

4.3.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item **8.1** deste Edital.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123/2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.9.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório;

4.9.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.9.3. Não possui, em sua **cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.9.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para **pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.**

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3° da Lei Complementar nº. 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.11.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.11.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.12. A falsidade da declaração de que trata o item 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.16.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.16.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.17.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por **MENOR PREÇO**; e

4.17.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por Menor Preço.

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.16 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.19. É DE INTEIRA RESPONSABILIDAE DO LICITANTE INTERESSADO EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO E SE RESPONSABILIZAR PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE MENSAGENS EMITIDAS NO CHAT OU DE SUA DESCONEXÃO POR FALTA DE INTERNET.

4.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante poderá enviar/anexar a sua proposta formal (junto à documentação de habilitação), conforme modelo contido no **ANEXO II** do Edital e preencherá de forma idêntica o sistema eletrônico com os seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do Item;

5.1.2. Marca (quando for o caso), se a marca identificar a empresa, substituir por "Marca Própria";

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Será desclassificada a proposta que de qualquer forma identifique o licitante.

6.2.1. Até o momento da finalização dos lances, nenhum licitante poderá se identificar de nenhuma forma.

6.2.2. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário por Item.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,00 (um) real.**

6.10. O LANCE ENVIADO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO SEU PROPONENTE, RESPONDENDO O MESMO POR EVENTUAIS LANCES DE FORMA ERRÔNEA.

6.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.13. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Agente de Contratação/Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. A PREGOEIRA SOLICITARÁ AO LICITANTE, CASO FOR NECESSSÁRIO, QUE ENVIE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUANDO NECESSÁRIO À CONFIRMAÇÃO DAQUELES EXIGIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA JÁ APRESENTADOS.

6.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO:

7.2. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 0 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

7.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra,** o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2° segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos **requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não digitais' quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO SERÃO ENVIADOS POR MEIO DO SISTEMA, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO MÁXIMO DE 1 (UMA) HORA, CONTADO DA SOLICITAÇÃO DA PREGOEIRA.

8.11.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado, por igual período, a partir da solicitação do licitante e antes do fim do prazo estipulado.

OBS:. CASO NECESSSÁRIO ENVIAR DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, À CONFIRMAÇÃO DAQUELES JÁ APRESENTADOS E EXIGIDOS NESTE EDITAL, O(A) PREGOEIRO(A) PODERÁ CONCEDER PRAZO PARA ANEXA-LOS.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.11.1.**

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS:

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo mínimo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá a Agente de Contratação/Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.1.2. Nesse momento a Agente de Contratação/Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede da Prefeitura Municipal de Itutinga/MG, sito: Rua Gabriel Leite, nº. 45, Centro – Itutinga/MG.

9.12. TRANSCORRIDO O PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DO RECURSO, A PREGOEIRA SOLICITARÁ AO(S) LICITANTE(S) MAIS BEM CLASSIFICADO QUE, NO PRAZO DE ATÉ 1 (UMA) HORA, ASSINE A PROPOSTA FINAL NO SISTEMA, ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO OU NEGOCIAÇÃO REALIZADA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta por dia de atraso, durante o qual, sem justa causa, não for cumprido o prazo fixado na proposta, acumulável com as demais sanções, que poderá ser descontada em eventuais créditos existentes junto ao Município;

10.2.3. suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;

10.2.4. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7. e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A IMPUGNAÇÃO E/OU PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO SER REALIZADOS POR FORMA ELETRÔNICA, ATRAVÉS DA PRÓPRIA PLATAFORMA DE PREGÃO, SOB PENA DE NÃO CONHECIMENTO.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. A ata da sessão pública ficará no sistema eletrônico.

12.2. Para a composição dos autos físicos do Processo Licitatório, serão impressos somente os documentos solicitados na habilitação, excluindo-se os repetidos, bem como os não solicitados.

12.2.1. Todos os documentos enviados ficaram à disposição dos interessados na plataforma de pregão eletrônico.

12.2.2. A impressão referida no item 12.2 é visando a economia e organização dos processos físicos.

12.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

12.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itutinga.mg.gov.br .

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II - Modelo Padrão de Proposta de Preços;
ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV - Minuta de Contrato.

Itutinga, 23 de novembro de 2026.

Josiane Carla Cunha da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 104/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 046/2026

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total de veículos da frota municipal.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de seguro total para 68 (sessenta e oito) veículos pertencentes à frota municipal, visando garantir a proteção do patrimônio público e assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos que dependem desses veículos.
2.2. A contratação do seguro total busca minimizar os impactos financeiros decorrentes de eventuais sinistros, evitando despesas extraordinárias com reparos, reposição de veículos ou indenizações, preservando o equilíbrio orçamentário e garantindo maior segurança à Administração Pública. Além disso, a cobertura securitária proporciona maior agilidade na recuperação dos veículos em caso de acidentes, reduzindo o tempo de indisponibilidade da frota e evitando prejuízos à continuidade dos serviços prestados à população.
2.3. A contratação do seguro representa medida de gestão patrimonial, prevenção de riscos e proteção do erário, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.
2.4. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e vantajosa para resguardar os bens públicos, reduzir riscos financeiros e assegurar que os veículos permaneçam disponíveis para o atendimento das demandas da Administração Municipal e da população.

3. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

3.1. DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.1.1. Valor de mercado referenciado:

3.1.1.1. Em caso de Perda Total (indenização integral), o valor da indenização à Prefeitura Municipal de Itutinga será extraído da tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br, obedecido o quantitativo integral informado. Em caso de extinção, outra que vier a substitui-la;
3.1.1.2. Nos casos em que o sinistro envolver veículo zero quilômetro, a indenização será determinada com base no valor de um veículo novo, pelo prazo não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da solicitação formal pela Prefeitura Municipal de Itutinga, independentemente da quilometragem percorrida pelo veículo durante esse período. Para fins desta cláusula, considera-se valor de veículo novo o valor correspondente ao veículo zero quilômetro constante da tabela de referência vigente na data da liquidação do sinistro.

3.1.2 - Da Apólice:

3.1.2.1. Deverá ser emitida uma apólice para o veículo citado no item 3 deste Termo de Referência, devendo constar na apólice:
3.1.2.2. Identificação e descrição do veículo com suas devidas especificações;
3.1.2.3. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seu respectivo veículo de publicação;
3.1.2.4. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100% (cem por cento);
3.1.2.5. Limites mínimos de indenização por cobertura, conforme valores abaixo:

a) 100% Tabela FIPE
b) Modalidade: VALOR DE MERCADO REFERENCIADO
c) Tipo de Cobertura: COMPREENSIVA
d) Tipo de Franquia: REDUZIDA
e) Danos Materiais: R$ 100.000,00
f) Danos Corporais: R$ 100.000,00
g) Danos Morais: R$ 20.000,00
h) APP Morte: R$ 20.000,00
i) APP Invalidez: R$ 20.000,00
j) APP DMH: R$ 20.000,00
l) Assistência: COMPLETA
m) Vidros: COMPLETOS

3.1.2.6. Bônus, quando houver;
3.1.2.7. A CONTRATADA deverá entregar a(s) apólice(s), aos cuidados da Secretaria Municipal de Transporte, no endereço: Rua Gabriel Leite, 45 – Bairro Centro, CEP 36.390.000 – Itutinga/Mg;
3.1.2.8. Carro reserva por 15 (quinze) dias em caso de sinistro;
3.1.2.9. Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido formal pela Prefeitura Municipal de Itutinga;
3.1.2.10. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos no contrato de seguro a ser celebrado, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.
3.1.3. Da Avaria:
3.1.3.1. Caso haja avaria(s) preexistente(s) e qualificada(s) na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, excluída(s) da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial;
3.1.3.2. Após procedimento de recuperação pela Prefeitura Municipal de Itutinga, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria';
3.1.3.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral;
3.1.3.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria, conforme este Termo de Referência será desconsiderado quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim, a responsabilidade a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.
3.1.4. Do Aviso de Sinistro:
3.1.4.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Itutinga, todos os dias por 24 horas, central de comunicação para aviso de sinistro;

3.1.4.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

3.1.4.3. Após registro de sinistro por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

3.1.4.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender no prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro ou, nos casos que não for possível atender nesse prazo, será facultado à Prefeitura Municipal de Itutinga a contratação direta do serviço e posterior recebimento do reembolso pela CONTRATADA, mediante envio da documentação necessária.

3.1.4.5. Do Bônus: A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual CONTRATADA, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, apresentando proposta de acordo com os bônus existentes.

3.1.5. Do Endosso:

3.1.5.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na(s) apólice(s) poderão ser solicitadas pela Prefeitura Municipal de Itutinga e processadas pela seguradora mediante endosso, aplicando-se as seguintes regras:

3.1.5.1.1. Inclusão e substituição:

a) Havendo a necessidade de inclusão ou substituição do veículo, durante o período da vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente ao veículo, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato;

b) Em caso da substituição do veículo, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

c) Nos casos de restituição de prêmio à Prefeitura Municipal de Itutinga, por força de inclusão ou exclusão, esta deverá ser realizada mediante depósito na conta corrente da Prefeitura Municipal e enviado a comprovação do crédito.

3.1.5.1.2. Exclusão:

a) Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, da exclusão do veículo, a contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor a ser devolvido à contratante, mediante a fórmula: X/12 = Y e Y x Z= VT onde: X = valor anual do prêmio por veículo; 12= número de meses; Y= valor mensal do prêmio por veículo; Z= número de meses restantes para o término da apólice; VT= valor total a ser devolvido à Prefeitura Municipal de Itutinga.

b) O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela contratante à operadora do referida seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta de aviso de recebimento.

c) Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

d) Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placa do veículo emitido erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato de seguro, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo;

e) A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pela Prefeitura Municipal de Itutinga.

3.1.6. Da Franquia:

3.1.6.1. A franquia considerada é a reduzida, observado, no entanto, o seguinte:

a) A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

b) Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores;

c) Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Prefeitura Municipal de Itutinga, prioritariamente, à empresa que realizar o conserto, à escolha da Prefeitura Municipal de Itutinga;

d) Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

e) A franquia reduzida será paga pela Prefeitura Municipal de Itutinga para danos parciais dos veículos próprios, não haverá cobrança de franquia para danos materiais a terceiros.

3.1.7. Salvados:

3.1.7.1. Uma vez pago a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora;

3.1.7.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

3.1.8. Dos Sinistros:

3.1.8.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL": O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela Prefeitura Municipal de Itutinga e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

a) Roubo ou furto total;

b) Danos causados por tentativa de roubos, furto, por força da natureza ou incidente, incluindo os vidros dianteiros, traseiros e laterais, retrovisores, faróis e lanternas;

c) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou corporais causados a terceiros;

d) Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento, ainda que com veículos da própria Prefeitura Municipal de Itutinga;

e) Raio e suas consequências;

f) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

g) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

h) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

i) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo:

> **I -** Em casos em que trata o subitem acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

j) Granizo;

k) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e corporais);

l) Acidente Pessoal por Passageiro (APP – Morte ou Invalidez);

m) Carro reserva por 15 (quinze) dias em caso de sinistro;

n) Queda acidental sob o veículo de qualquer objeto ou substância que dele não faça parte integrante ou esteja nele afixado.

3.1.9. Da Assistência 24 horas:

3.1.9.1. Cobertura adicional de assistência 24 horas, em território nacional, independentemente do local onde se encontrar o veículo segurado, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Serviço de borracharia;

c) Reboque 24 horas mediante guincho ilimitado e/ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;

d) Transporte da(s) pessoa(s) segurada(s) por imobilização do veículo segurado;

e) Transporte da(s) pessoa(s) segurada(s) por roubo ou furto do veículo.

3.1.10. Da Vistoria:

3.1.10.1. Será facultado à empresa vencedora vistoriar o veículo a ser segurado, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato;

3.1.10.2. A vistoria deverá ser agendada previamente, por intermédio do telefone 08000351001 – Ramal 6516 com a Secretaria de Transporte da Prefeitura Municipal de Itutinga;

3.1.10.3. O fato de a licitante deixar de realizar a vistoria no período previsto no Item 3.11.1 não deverá ser motivo para eximir-se de qualquer obrigação decorrente do objeto, principalmente quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios;

3.1.10.4. Consideram-se acessórios: vidros dianteiros, traseiros e laterais, retrovisores, faróis e lanternas.

3.1.11. Da Regulação de Sinistro:

3.1.11.1. Ocorrendo sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do aviso pela Prefeitura Municipal de Itutinga, para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura;

3.1.11.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a Prefeitura Municipal de Itutinga poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente;

3.1.11.3. Em caso de sinistro em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Prefeitura Municipal de Itutinga, não cabendo, por parte da CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço;

3.1.11.4. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da data de entrega dos documentos necessários pela Prefeitura Municipal de Itutinga à CONTRATADA;

3.1.11.5. No caso de descumprimento do prazo estabelecido acima, a seguradora contratada ficará sujeita a multa diária correspondente a 0,2% do valor da indenização até o limite de 20%, além das demais previstas neste termo de referência.

3.1.12. Da Indenização:

3.1.12.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA;
3.1.12.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA;
3.1.12.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Prefeitura Municipal de Itutinga e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
3.1.13. Da Indenização Integral:
3.1.13.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado;
3.1.13.2. Em caso de indenização integral a CONTRATADA, não poderá deduzir do valor referenciado, os valores concernentes a avarias previamente constatadas;
3.1.13.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados do proprietário do mesmo e da sociedade seguradora.
3.1.14. Do Questionário de Avaliação de Risco:
3.1.14.1. Os itens deverão ser contratados sem perfil do principal condutor, em decorrência de que os empregados e dirigentes dirigem o veículo da Prefeitura Municipal de Itutinga;
3.1.14.2. O veículo será conduzido por empregados, categoria B, D ou E, enquanto na Prefeitura Municipal de Itutinga, permanecerão recolhidos em estacionamento fechado e privativo;
3.1.14.3. Devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

3. ESPECIFICAÇÕES:

Processo:	104/2026
Prazo de entrega:	
Modalidade	Pregão
Tipo de Apuração	Item
Data Abertura:	**11/12/2026**
Hora Abertura:	08:00:00

Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Marca	Valor Unit.	TOTAL
1	1	SERV	**00000057400- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE WAY ECON 1.0 OQW-2I68*		1.586,64	1.586,64
2	1	SERV	**00000057401- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/ARG** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/ARGO DRIVE 1.3 RFU-6D64*		1.749,89	1.749,89

3	1	SERV	**00000057403- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI HLF-6D79*		2.286,11	2.286,11
4	1	SERV	**00000057404- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI HLF-8I60*		2.326,86	2.326,86
5	1	SERV	**00000057405- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI HLF-8I62*		2.326,86	2.326,86
6	1	SERV	**00000057407- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 516SPRINTER A4 RGC-9D00*		5.400,14	5.400,14
7	1	SERV	**00000057408- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO OXE-3E15*		6.093,85	6.093,85
8	1	SERV	**00000057409- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO OXE-3E09*		6.093,85	6.093,85
9	1	SERV	**00000057410- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 416CDISPRINTERM RNJ-2A21*		5.292,86	5.292,86
10	1	SERV	**00000057411- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 416CDISPRINTERM RNJ-4A09*		5.292,86	5.292,86
11	1	SERV	**00000057412- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 416CDISPRINTERM RNJ-3J45*		5.292,86	5.292,86
12	1	SERV	**00000057413- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FIAT D** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FIAT DUCATO ENGESIGMIC RTP-0H16*		4.723,22	4.723,22

13	1	SERV	**00000057414- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/MASTER L2H2 RR16 SHG-4F70*		4.699,82	4.699,82
14	1	SERV	**00000057415- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO JEEP / R** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO JEEP / RENEGADE 1.8 AUTOM. RTU-5J05*		3.154,81	3.154,81
15	1	SERV	**00000057416- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLET / S10 LS DD4 QXW-1E19*		4.038,20	4.038,20
16	1	SERV	**00000057417- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STRADA TREK CD 1.6 PYA-0J51*		2.848,60	2.848,60
17	1	SERV	**00000057418- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO ATTRACTIVE 1.0 PYA-1429*		1.579,3500	1.579,3500
18	1	SERV	**00000057419- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECON OPM-5783*		1.573,11	1.573,11
19	1	SERV	**00000057420- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PAL** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PALIO FIRE 1.0 PVO-1H69*		1.554,40	1.554,40
20	1	SERV	**00000057421- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/NOVO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/NOVO GOL 1.6 TL MBV PYA-0J60*		1.858,96	1.858,96
21	1	SERV	**00000057422- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FORD R** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FORD RANGER XL CD4 22C ESP/CAMINHONETE/AB/C.DUP RFC-5J65*		4.579,70	4.579,70
22	1	SERV	**00000057423- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PÁL**		1.561,29	1.561,29

			CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PÁLIO FIRE 1.0 PYA-1F21			
23	1	SERV	**00000057424- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNC** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT FIORINO 1.4 GREENCAR MO4 PVO-1H71*		3.061,59	3.061,59
24	1	SERV	**00000057425- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CITROEN/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CITROEN/JUMPER M33M 23S OPK-4I84*		4.507,94	4.507,94
25	1	SERV	**00000057426- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNC** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNCIA CITROEN/JUMPER MARIMAR PUN-4H84*		4.660,31	4.660,31
26	1	SERV	**00000057427- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT DOB** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT DOBLO ESSENCE 7L E QXZ-1F51*		2.356,29	2.356,29
27	1	SERV	**00000057428- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNC** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT FIORINO 1.4 GREENCAR AM RFP-5J94*		3.154,30	3.154,30
28	1	SERV	**00000057429- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE FIRE FLEX HMN-6D80*		1.522,81	1.522,81
29	1	SERV	**00000057430- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATRON, 2729 K 6x4 OXH-8D60*		4.945,16	4.945,16
30	1	SERV	**00000057431- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATEGO 1418 HMG-7B97*		3.685,99	3.685,99
31	1	SERV	**00000057432- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE WAY ECON HLF-8I65*		1.580,41	1.580,41

32	1	SERV	**00000057433- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATRON, 1719 K ORC-9B77*		4.764,60	4.764,60
33	1	SERV	**00000057434- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO HONDA/CG** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO HONDA/CG 160 START QXU-3H06*		1.099,30	1.099,30
34	1	SERV	**00000057435- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA ENDURANCE CD RFX-7I56*		2.859,66	2.859,66
35	1	SERV	**00000057436- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STRADA WORKING CE HLF-5E48*		2.700,55	2.700,55
36	1	SERV	**00000057437- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE WAY ECON HLF-2H87*		1.553,91	1.553,91
37	1	SERV	**00000057438- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA HD WK CE E RFB-3D39*		2.805,01	2.805,01
38	1	SERV	**00000057439- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA ENDURANCE CD RFX-7I60*		2.859,66	2.859,66
39	1	SERV	**00000057440- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA ENDURANCE CD RFX-7I58*		2.859,66	2.859,66
40	1	SERV	**00000057441- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA HD WK CE E RFB-3D40*		2.805,01	2.805,01
41	1	SERV	**00000057442- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT DOB** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O*		1.827,61	1.827,61

			VEÍCULO FIAT DOBLO ESSENCE 7L E QOP-3118			
42	1	SERV	**00000057443- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PAL** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PALIO 1.0 PUE-4B95*		1.554,03	1.554,03
43	1	SERV	**00000057444- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN 2 RUW-3I43*		1.631,49	1.631,49
44	1	SERV	**00000057445- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN 2 RUW-3I44*		1.631,49	1.631,49
45	1	SERV	**00000057446- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN 2 RUW-3I45*		1.631,49	1.631,49
46	1	SERV	**00000057447- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 1** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 150E21 SIF-8H84*		5.776,16	5.776,16
47	1	SERV	**00000057448- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO NEOBUS 8** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO NEOBUS 8.160 ESCOLAR SHR-8J67*		6.857,14	6.857,14
48	1	SERV	**00000057449- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/MASTER SHR-0J77*		4.699,82	4.699,82
49	1	SERV	**00000057450- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 1** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 170E28 ATTACK 4X2 2P SHZ-8J67*		6.091,90	6.091,90
50	1	SERV	**00000057451- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/MASTER RAYTEC PA SYI-5C78*		5.166,14	5.166,14
51	1	SERV	**00000057452- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V8L EO SYI-5C61*		6.116,44	6.116,44
52	1	SERV	**00000057453- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V**		6.119,77	6.119,77

			CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V8L EO SIX-6A48			
53	1	SERV	**00000057454- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 1** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 170E21 SIT-8D65*		5.641,10	5.641,10
54	1	SERV	**00000057455- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TRANSIT** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TRANSIT BF PAS16 S SYJ-3C82*		5.302,62	5.302,62
55	1	SERV	**00000057456- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO T CROSS** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO T CROSS HIGHLINE TSI OPP-4C26*		3.946,09	3.946,09
56	1	SERV	**00000057457- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DRIVE GTN-5D05*		1.800,05	1.800,05
57	1	SERV	**00000057458- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DRIVE GTN-5D32*		1.800,05	1.800,05
58	1	SERV	**00000057459- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DRIVE GTN-5D54*		1.800,05	1.800,05
59	1	SERV	**00000057460- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L2 RAY AB QX0-7A89*		4.829,94	4.829,94
60	1	SERV	**00000057461- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L1 RAY AB TXB-0D95*		4.829,94	4.829,94
61	1	SERV	**00000057462- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER R** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER RAYTEC PA TXB-0E20*		4.807,05	4.807,05
62	1	SERV	**00000057463- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEV SPI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEV SPIN SM ADAPT ACESS/1.8L AT LTZ TXJ-9J76*		3.787,19	3.787,19
63	1	SERV	**00000057464- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/MASTER TZH-9B64*		5.108,80	5.108,80

64	1	SERV	**00000057465- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES SPRINTER TZB-1I00*		5.509,22	5.509,22
65	1	SERV	**00000057466- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES SPRINTER TZB-1I39*		5.509,22	5.509,22
66	1	SERV	**00000057467- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES SPRINTER TZW-3G35*		5.509,22	5.509,22
67	1	SERV	**00000057468- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLET SPIN TZI-0F16*		3.787,19	3.787,19
68	1	SERV	**00000057469- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLET SPIN TZV-6B97*		3.787,19	3.787,19
Total:						**R$ 246.554,80**

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

4.1. As apólices deverão ser disponibilizadas à Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da formalização da contratação ou da solicitação de emissão, conforme o caso, observadas as condições de início de vigência estabelecidas no contrato.

4.2. Os serviços serão prestados em favor dos veículos pertencentes à frota do Município de Itutinga/MG, com cobertura e atendimento em todo o território nacional, conforme as condições da apólice.

4.3 A contratada deverá garantir as coberturas contratadas durante todo o período de vigência das apólices, observados os limites, as franquias e as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos contratuais.

4.4. Deverá disponibilizar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, conforme as coberturas contratadas, incluindo os serviços de guincho e socorro emergencial previstos na apólice.

4.5. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para comunicação de sinistros e solicitação de assistência, informando à Contratante os telefones, endereços eletrônicos e demais meios de contato necessários.

5. Pagamento dos prêmios do seguro:

5.1. O pagamento dos prêmios do seguro será realizado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente acompanhado da documentação exigida e após o regular ateste e a liquidação da despesa, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável.

5.2. A contratada deverá informar, na apólice ou no documento de cobrança, o valor total do prêmio, a forma de pagamento, o número de parcelas, os respectivos vencimentos e eventuais encargos incidentes, quando aplicáveis, de acordo com a proposta vencedora e as condições pactuadas.
5.3. A contratada deverá observar as condições de vigência e de cobertura previstas nas apólices e no contrato, sendo vedada qualquer alteração unilateral das condições contratadas.

6. VIGÊNCIA, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINACEIRO E REAJUSTE:

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período mediante anuência do fornecedor, nos termos da Lei.

6.2. As eventuais prorrogações da vigência deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, devidamente motivado, considerando a necessidade de continuidade do fornecimento dos itens, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e as condições estabelecidas no Contrato.

6.3. Para fins de prorrogação da vigência do Contrato, deverá ser demonstrado, por meio de pesquisa de mercado ou instrumento equivalente, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, observados os princípios da economicidade e da eficiência.

6.4. Durante a vigência do Contrato, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro, a qualquer tempo, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, que provoquem a ruptura da equação econômico-financeira inicialmente pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante requerimento formal da detentora do Contrato e análise técnica da Administração.

6.5. Em caso de prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da proposta ou do último reajuste concedido, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou, na sua ausência, por outro índice oficial que venha a substituí-lo, a ser apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.6. Durante toda a vigência do Contrato, inclusive em suas prorrogações, a detentora deverá manter a regularidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e, se for o caso, rescisão.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA:

7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

8.1. Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de seguro total de veículos para suprir a necessidade de proteção dos veículos da frota municipal, garantindo cobertura contra eventuais sinistros, reduzindo riscos de prejuízos ao erário, preservando o patrimônio público e assegurando a continuidade dos serviços prestados pela Administração Municipal.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO PAGAMENTO:

9.1. Recebimento do Objeto: O recebimento dos serviços prestados será realizado em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes etapas:

9.1.1. Recebimento provisório:

9.1.1.1. Realizado de forma sumária pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante conferência preliminar da quantidade e das condições gerais do objeto entregue.
9.1.1.2. O recebimento será formalizado por meio de registro ou termo provisório, observando eventuais não conformidades para análise posterior.
9.1.2. Recebimento definitivo:
9.1.2.1. Realizado após verificação detalhada da conformidade técnica dos itens, pela autoridade competente ou comissão designada, com emissão de termo detalhado que comprove o cumprimento integral das especificações contratuais.
9.1.2.2. Em caso de não conformidade, o objeto poderá ser rejeitado no todo ou em parte, com notificação formal à contratada para substituição ou correção, sem ônus adicional à Administração.
9.1.3. Ensaios e testes:
9.1.3.1. Quando exigidos por normas técnicas oficiais, ensaios, testes e demais provas de conformidade correrão por conta da contratada, salvo disposição contrária constante no edital ou no contrato.
9.2. Condições para o pagamento: As seguintes condições deverão ser atendidas para que o pagamento seja efetuado:
9.2.1. Conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas, prazos e condições contratuais estabelecidos.
9.2.2. Atestação formal pelo fiscal do contrato de que os serviços foram prestados corretamente e em conformidade com os requisitos contratuais.
9.2.3. Apresentação de documentos fiscais regulares, livres de erros ou inconsistências.
9.2.4. Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada no momento da liquidação da despesa.
9.3. Responsabilidade tributária:
8.3.1. Todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o fornecimento dos bens serão de responsabilidade exclusiva da contratada**.**
9.3.2. A Administração Pública realizará as retenções tributárias previstas na legislação vigente no momento do pagamento, informando à contratada os valores retidos na Nota Fiscal ou documento equivalente**.**
9.4. Rejeições e adequações:
9.4.1. Os serviços prestados que não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência serão rejeitados, total ou parcialmente.
9.4.2. A contratada deverá corrigir ou substituir, sem ônus adicional para a Administração, os serviços prestados no prazo máximo de 05 dias corridos após a notificação formal.
9.5. Suspensão do pagamento:
9.5.1. Caso sejam identificadas inconsistências nos documentos apresentados ou desconformidades nos serviços prestados, o prazo de pagamento será suspenso até a completa regularização, sem direito à aplicação de correção monetária ou acréscimos sobre o montante devido.
9.6. Disposições complementares:
9.6.1. Eventuais multas ou penalidades aplicadas à contratada serão deduzidas do valor a ser pago, conforme disposto no contrato e na legislação aplicável.

9.6.2. O pagamento será condicionado à conformidade integral dos serviços com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, não se admitindo entrega parcial ou incompleta sem justificativa prévia e autorização formal da Administração.

9.7. O pagamento dos produtos será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação do documento fiscal e fatura correspondente, isenta de erros.

9.7.1. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ POSSUIR CONTA BANCÁRIA PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EM CASOS ESPECÍFICOS DE PRODUTOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, A CONTA DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL. SE A LICITANTE VENCEDORA POSSUIR CONTAS DIFERENTES DAS INSTITUIÇÕES SUPRACITADAS, DEVERÁ ARCAR COM OS CUSTOS DAS TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS/TED/DOC. O CUSTO ATUAL VARIA DE R$ 10,00 A R$ 15,00 POR TRANSFERÊNCIA.

9.8. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.9. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9.10. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega dos produtos desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos etc.

9.11. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, antes de ser completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata;

9.12. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

10.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1.1. Atestar a(s) apólice(s) relativas à execução do objeto

10.1.2. Permitir e facilitar a vistoria dos veículos a serem segurados;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, de modo a zelar pela qualidade, transparência e agilidade na execução do serviço, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;

10.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal/fatura com o devido atesto pelo gestor responsável pela fiscalização do instrumento contratual;

10.1.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Contrato;

10.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.7. Fiscalizar e Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas, eventuais atrasos e irregularidades constatadas na execução do contrato para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.1.8. Exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados e da proposta apresentada, avaliando, também, a qualidade dos serviços realizados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte;

10.1.9. Verificar a documentação apresentada para fins de pagamento;
10.1.10. Comunicar formalmente à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade constatada na execução do objeto contratado
10.1.11. Designar o Fiscal do contrato, o qual certificará a qualidade e aceite do objeto contratado.

10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
10.2.1. Honrar os bônus adquiridos no contrato vigente;
10.2.2. Prestar assistência 24 horas;
10.2.3. Especificar na proposta valor da importância segurada;
10.2.4. Enviar um representante no prazo de 24 horas, para atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Itutinga, sempre que se fizer necessário;
10.2.5. Adotar as providências necessárias ao pagamento da indenização devida obedecendo aos prazos estabelecidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) após a entrega, por parte da Prefeitura Municipal de Itutinga de todos os documentos comprobatórios da ocorrência do sinistro;
10.2.6. Permanecer como único e total responsável, perante a Prefeitura Municipal de Itutinga pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela quantidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida;
10.2.7. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados obrigatoriamente em empresa livremente escolhida pela Prefeitura Municipal de Itutinga ou em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha aprovação e autorização da Prefeitura Municipal de Itutinga, observando que a reposição de peças será executada utilizando-se de peças originais;
10.2.8. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data de sua assinatura do contrato;
10.2.9. Realizar o objeto do contrato em estrita observância ao expresso e previamente autorizado pela Prefeitura Municipal de Itutinga;
10.2.10. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Prefeitura Municipal de Itutinga, atendendo de imediato às reclamações;
10.2.11. Manter entendimento com a Prefeitura Municipal de Itutinga, objetivando evitar transtornos nos atendimentos, mantendo sempre a Instituição informada de dados relevantes;
10.2.12. Responsabilizar-se pelas despesas com o cumprimento das obrigações sociais, civis, fiscais, tributárias e trabalhistas, decorrente a execução total deste contrato, correndo todas por sua exclusiva conta, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do CONTRATANTE para com estas obrigações;
10.2.13. Cumprir todas as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que der causa;
10.2.14. Arcar com todas as despesas referentes à mão-de-obra, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, contribuições para a Previdência Social e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução de entrega do objeto do instrumento contratual, inclusive quanto à criação de novos encargos, ficando Prefeitura Municipal de Itutinga excluída de qualquer solidariedade e responsabilidade civil, penal, fiscal, tributária ou trabalhista;

10.2.15. Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da Prefeitura Municipal de Itutinga, sem expressa autorização;
10.2.16. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, em especial a sua regularidade fiscal, através da apresentação das respectivas certidões, quais sejam: Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo inclusive as contribuições sócias previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212/1991), de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da pessoa jurídica, e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além da Certidão de Débitos Trabalhistas;
10.2.17. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Itutinga e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados, exceto em casos fortuitos ou de força maior contemplados no Código Civil Brasileiro, isentando em qualquer caso o CONTRATANTE em toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência de prejuízo;
10.2.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Itutinga, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Contratante;
10.2.19. Responder civilmente, pelos atos praticados por seus empregados e prepostos, quando da execução do objeto deste instrumento, suportando os ônus decorrentes de quaisquer danos materiais e morais, por eles causados a bens e pessoas, sem prejuízo do direito de regresso;
10.2.20. Manter sigilo total não divulgando quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do contrato, sem autorização, por escrito, da Prefeitura Municipal de Itutinga, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
10.2.21. Responder pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso em decorrência do objeto desta contratação;
10.2.22. Sob nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do conteúdo do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE, bem como transferir a responsabilidade da CONTRATADA para outras empresas;
10.2.23. Prestar informações e esclarecimentos à Prefeitura Municipal de Itutinga sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação;
10.2.24. Responder por quaisquer danos causados à Prefeitura Municipal de Itutinga ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou seu dolo na execução do contrato; a fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Prefeitura Municipal de Itutinga não reduzirão ou excluirão a responsabilidade da CONTRATADA;
10.2.25. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista, tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Itutinga, desde que de responsabilidade da CONTRATADA;
10.2.26. Realizar o objeto do contrato em estrita observância ao expresso e previamente autorizado pela Prefeitura Municipal de Itutinga.
10.2.27. Caso a Prefeitura Municipal de Itutinga seja demandada como réu ou reclamado, em quaisquer ações judiciais ou administrativas que possam ocorrer em consequência da execução deste contrato, fica a licitante obrigada a reembolsar à Prefeitura Municipal de Itutinga, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do

recebimento da intimação para pagamento da condenação, as despesas decorrentes da eventual condenação, custas, inclusive honorários periciais e advocatícios, com juros e atualização monetária.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1. São os documentos comprobatórios da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** da licitante:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, em se tratando de sociedade comercial, sendo, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

c) no caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

d) inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no órgão pertinente, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) cédula de identidade do(s) sócio(s) responsável(eis) pela administração da empresa licitante.

11.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)**, situação ativa;

11.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da **Receita Federal** do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço **(FGTS)**;

11.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva de **Débitos Trabalhistas** - TST, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa do Estado;

11.2.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Municipal.

11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.3.1. Certidão negativa de **falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.3.2. Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

11. 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1. Certidão de Inscrição junto ao SUSEP.

11.4.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, a licitante deverá apresentar um ou mais **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando o fornecimento dos bens, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do termo de referência.

11.4.3. DECLARAÇÃO UNIFICADA, subscrita pelo representante legal da licitante, conforme anexo do edital.

12. METODOLOGIA:

12.1. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma de procedimento comum, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços, considerando que a demanda é certa, definida e corresponde à contratação de seguro total para os veículos da frota municipal.

12.2. A disputa ocorrerá por item, sendo cada veículo da frota municipal objeto de um item específico, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, possibilitar a participação de maior número de seguradoras e favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. O julgamento individualizado permitirá comparar os preços e as condições de cobertura ofertadas para cada veículo, observando os princípios da economicidade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.3. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, observadas as especificações técnicas e os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. AVALIAÇÃO DE CUSTO:

13.1. Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, para apuração de média de preços e verificação de disponibilidade orçamentária, sendo o **valor estimado de R$ 246.554,80 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).**

13.2. O valor apurado é compatível com o praticado no mercado.

14. GESTÃO DO CONTRATO:

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.4. Após a assinatura do instrumento contratual, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
14.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Transportes Joelson Luiz das Neves, ou pelos respectivos substitutos nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.
14.6. A execução do objeto será fiscalizada por Joelson Luiz das Neves (Secretário de Transporte), com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

15. SANÇÕES:
15.1. Ficam estabelecidas as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta por dia de atraso, durante o qual, sem justa causa, não for cumprido o prazo fixado na proposta, acumulável com as demais sanções, que poderá ser descontada em eventuais créditos existentes junto ao Município;
c) suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;
d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
15.2. O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.
15.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de guia própria emitida pela Prefeitura, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.
15.4. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

16. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:
16.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias, devidamente alocadas no orçamento vigente da Administração Pública:

Administração/Gabinete
02.001.001.04.122.0401.2.005.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00006 - **Fonte:** 1500000

Administração
02.004.001.04.122.0402.2.007.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00038 - **Fontes:** 1500000 e 1501000

Administração/Defesa Civil
02.004.001.06.122.0603.2.022.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00065 - **Fonte:** 1500000

Agricultura e Pecuária
02.007.001.26.782.2602.2.072.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00165 - **Fontes:** 1500000 e 1709000

Transporte
02.009.001.04.122.0402.2.213.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00225 - **Fonte:** 1500000

Esporte
02.010.001.04.122.0402.2.047.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00239 - **Fonte:** 1500000

Obras Urbanas
02.011.001.15.452.1502.2.063.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00288 - **Fonte:** 1500000

Desenvolvimento Social
02.012.001.08.122.0402.2.100.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00314 - **Fonte:** 1500000

Urbanismo e Meio Ambiente
02.013.001.15.452.1503.2.242.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00398 - **Fonte:** 1500000

Urbanismo e Meio Ambiente
02.013.001.17.512.1702.2.250.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00413 - **Fontes**: 1500000, 1501000 e 1708000

Educação
02.014.001.12.361.1207.2.153.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00469 - **Fontes:** 1500000, 1553000, 1576001 e 2576001

Saúde
02.015.001.10.301.1001.2.082.3.3.90.39.00 - **Ficha:** 00575 - **Fonte:** 1500000

17. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:
Joelson Luiz das Neves - Secretário Municipal de Transportes

Itutinga, 23 de novembro de 2026.

Joelson Luiz das Neves
Secretário Municipal de Transportes

ANEXO II - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 104/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 046/2026

À
Prefeitura Municipal de Itutinga/MG
Att. Pregoeira e/ou Equipe de Apoio
Proponente: _____
CNPJ n.º: _____
Endereço: _____
Tel: _____Telefax: _____e-mail: _____
Conta corrente: _____ Banco: _____Ag.:_____

1 - OBJETO:
1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total de veículos da frota municipal.

2 - DISCRIMINAÇÃO:

Processo:	104/2026
Prazo de entrega:	
Modalidade	Pregão
Tipo de Apuração	Item
Data Abertura:	**11/12/2026**
Hora Abertura:	**08:00:00**

Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Marca	Valor Unit.	TOTAL
1	1	SERV	**00000057400- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE WAY ECON 1.0 OQW-2I68*			
2	1	SERV	**00000057401- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/ARG** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/ARGO DRIVE 1.3 RFU-6D64*			
3	1	SERV	**00000057403- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI HLF-6D79*			

4	1	SERV	**00000057404- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI HLF-8I60*			
5	1	SERV	**00000057405- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/KOMBI HLF-8I62*			
6	1	SERV	**00000057407- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 516SPRINTER A4 RGC-9D00*			
7	1	SERV	**00000057408- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO OXE-3E15*			
8	1	SERV	**00000057409- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO OXE-3E09*			
9	1	SERV	**00000057410- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 416CDISPRINTERM RNJ-2A21*			
10	1	SERV	**00000057411- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 416CDISPRINTERM RNJ-4A09*			
11	1	SERV	**00000057412- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/M. BENZ 416CDISPRINTERM RNJ-3J45*			
12	1	SERV	**00000057413- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FIAT D** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FIAT DUCATO ENGESIGMIC RTP-0H16*			
13	1	SERV	**00000057414- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O*			

			VEÍCULO RENAULT/MASTER L2H2 RR16 SHG-4F70			
14	1	SERV	**00000057415- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO JEEP / R** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO JEEP / RENEGADE 1.8 AUTOM. RTU-5J05*			
15	1	SERV	**00000057416- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLET / S10 LS DD4 QXW-1E19*			
16	1	SERV	**00000057417- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STRADA TREK CD 1.6 PYA-0J51*			
17	1	SERV	**00000057418- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO ATTRACTIVE 1.0 PYA-1429*			
18	1	SERV	**00000057419- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECON OPM-5783*			
19	1	SERV	**00000057420- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PAL** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PALIO FIRE 1.0 PVO-1H69*			
20	1	SERV	**00000057421- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/NOVO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VW/NOVO GOL 1.6 TL MBV PYA-0J60*			
21	1	SERV	**00000057422- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FORD R** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO I/FORD RANGER XL CD4 22C ESP/CAMINHONETE/AB/C.DUP RFC-5J65*			
22	1	SERV	**00000057423- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PÁL** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PÁLIO FIRE 1.0 PYA-1F21*			
23	1	SERV	**00000057424- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNC**			

			CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT FIORINO 1.4 GREENCAR MO4 PVO-1H71			
24	1	SERV	**00000057425- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CITROEN/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CITROEN/JUMPER M33M 23S OPK-4I84*			
25	1	SERV	**00000057426- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNC** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNCIA CITROEN/JUMPER MARIMAR PUN-4H84*			
26	1	SERV	**00000057427- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT DOB** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT DOBLO ESSENCE 7L E QXZ-1F51*			
27	1	SERV	**00000057428- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNC** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT FIORINO 1.4 GREENCAR AM RFP-5J94*			
28	1	SERV	**00000057429- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE FIRE FLEX HMN-6D80*			
29	1	SERV	**00000057430- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATRON, 2729 K 6x4 OXH-8D60*			
30	1	SERV	**00000057431- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATEGO 1418 HMG-7B97*			
31	1	SERV	**00000057432- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE WAY ECON HLF-8I65*			
32	1	SERV	**00000057433- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO M.B. ATRON, 1719 K ORC-9B77*			

33	1	SERV	**00000057434- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO HONDA/CG** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO HONDA/CG 160 START QXU-3H06*			
34	1	SERV	**00000057435- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA ENDURANCE CD RFX-7I56*			
35	1	SERV	**00000057436- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT STRADA WORKING CE HLF-5E48*			
36	1	SERV	**00000057437- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT UNO MILLE WAY ECON HLF-2H87*			
37	1	SERV	**00000057438- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA HD WK CE E RFB-3D39*			
38	1	SERV	**00000057439- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA ENDURANCE CD RFX-7I60*			
39	1	SERV	**00000057440- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA ENDURANCE CD RFX-7I58*			
40	1	SERV	**00000057441- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA HD WK CE E RFB-3D40*			
41	1	SERV	**00000057442- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT DOB** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT DOBLO ESSENCE 7L E QOP-3118*			
42	1	SERV	**00000057443- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PAL**			

			CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT PALIO 1.0 PUE-4B95			
43	1	SERV	**00000057444- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN 2 RUW-3I43*			
44	1	SERV	**00000057445- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN 2 RUW-3I44*			
45	1	SERV	**00000057446- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO KWID ZEN 2 RUW-3I45*			
46	1	SERV	**00000057447- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 1** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 150E21 SIF-8H84*			
47	1	SERV	**00000057448- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO NEOBUS 8** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO NEOBUS 8.160 ESCOLAR SHR-8J67*			
48	1	SERV	**00000057449- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/MASTER SHR-0J77*			
49	1	SERV	**00000057450- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 1** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 170E28 ATTACK 4X2 2P SHZ-8J67*			
50	1	SERV	**00000057451- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/MASTER RAYTEC PA SYI-5C78*			
51	1	SERV	**00000057452- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V8L EO SYI-5C61*			
52	1	SERV	**00000057453- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO VOLARE V8L EO SIX-6A48*			
53	1	SERV	**00000057454- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 1**			

			CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TECTOR 170E21 SIT-8D65			
54	1	SERV	**00000057455- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TRANSIT** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO TRANSIT BF PAS16 S SYJ-3C82*			
55	1	SERV	**00000057456- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO T CROSS** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO T CROSS HIGHLINE TSI OPP-4C26*			
56	1	SERV	**00000057457- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DRIVE GTN-5D05*			
57	1	SERV	**00000057458- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DRIVE GTN-5D32*			
58	1	SERV	**00000057459- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DR** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO PULSE DRIVE GTN-5D54*			
59	1	SERV	**00000057460- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L2 RAY AB QX0-7A89*			
60	1	SERV	**00000057461- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER L1 RAY AB TXB-0D95*			
61	1	SERV	**00000057462- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER R** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MASTER RAYTEC PA TXB-0E20*			
62	1	SERV	**00000057463- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEV SPI** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEV SPIN SM ADAPT ACESS/1.8L AT LTZ TXJ-9J76*			
63	1	SERV	**00000057464- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO RENAULT/MASTER TZH-9B64*			
64	1	SERV	**00000057465- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES SPRINTER TZB-1I00*			

65	1	SERV	**00000057466- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES SPRINTER TZB-1I39*			
66	1	SERV	**00000057467- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO MERCEDES SPRINTER TZW-3G35*			
67	1	SERV	**00000057468- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLET SPIN TZI-0F16*			
68	1	SERV	**00000057469- CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLE** *CONTRATAÇÃO SE SEGURO PARA O VEÍCULO CHEVROLET SPIN TZV-6B97*			
Total:					**R$**	

Valor Total R$ ----------(----------)

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, no mínimo, a contar da data da sua apresentação.

Declaro que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

_____, ____ de _____ de 2026.

_____
Nome e Ass. do Representante Legal
CNPJ da empresa

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante abaixo assinado, para fins de participação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº.** 104/2026, **PREGÃO ELETRÔNICO N°.** 046/2026**, DECLARA:**

1. REGULARIDADE JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA:

1.1. A empresa encontra-se regularmente constituída, em funcionamento e apta a celebrar contratos com a Administração Pública, atendendo a todas as exigências da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere à habilitação jurídica e fiscal, conforme disposto nos artigos 62 a 70.

1.2. A empresa mantém **regularidade fiscal e trabalhista**, estando adimplente com suas obrigações junto à **Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal, INSS e FGTS**, conforme previsto nos artigos 68 e 69 da **Lei nº 14.133/2021**.

1.3. Declaro que **não há fatos impeditivos** que comprometam a habilitação da empresa neste processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer ocorrência superveniente que altere essa condição, nos termos do artigo 63 da **Lei nº 14.133/2021**.

2. CUMPRIMENTO DAS NORMAS TRABALHISTAS, AMBIENTAIS E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:

2.1. A empresa **não emprega e não empregará menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 anos em qualquer atividade**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade com o artigo 7º, inciso XXXIII, da **Constituição Federal** e com o artigo 60 da **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**.

2.2. Não há, em nossa cadeia produtiva, qualquer forma de **trabalho forçado, degradante ou análogo à escravidão**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, incluindo as convenções da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**.

2.3. A empresa **adota políticas de responsabilidade socioambiental**, comprometendo-se a respeitar integralmente a legislação ambiental vigente, em especial a **Lei nº. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)**, promovendo práticas sustentáveis sempre que possível.

3. CONHECIMENTO DO OBJETO LICITADO E COMPROMISSO COM A EXECUÇÃO:

3.1. A empresa declara possuir **pleno conhecimento do objeto licitado**, das normas técnicas, especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como das exigências operacionais, administrativas e legais para sua execução, em conformidade com o artigo 93 da **Lei nº 14.133/2021**.

3.2. Declaro que possuímos **capacidade técnica, operacional e financeira** compatível com a execução do contrato, garantindo **qualidade, eficiência e conformidade** com as exigências da Administração Pública.

4. CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

4.1. A empresa declara expressamente que os valores apresentados na proposta incluem **todos os custos necessários** à execução do contrato, abrangendo:

- Tributos federais, estaduais e municipais;

- Encargos sociais e trabalhistas;
- Custos operacionais, logísticos e administrativos;
- Demais despesas acessórias previstas na legislação vigente.

4.2. Concordamos com a realização de **eventuais retenções e descontos tributários**, nos termos da legislação vigente, incluindo **retenções de ISS, IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS**, conforme aplicável ao objeto contratado.

5. PROBIDADE ADMINISTRATIVA, ANTICORRUPÇÃO E CONDUTA ÉTICA:
5.1. Declaro que a empresa **não oferece, não prometeu e não concedeu, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida** a agentes públicos ou terceiros com o objetivo de obter favorecimento no processo licitatório, nos termos da **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)** e do **artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**.
5.2. A empresa se compromete a **respeitar integralmente os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência**, conforme disposto no artigo 5º da **Lei nº 14.133/2021**.

6. DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA PROPOSTA NO PREGÃO ELETRÔNICO:
6.1. Declaro, para fins do disposto no **Edital do Pregão Eletrônico**, sob as penas da lei, em especial o **artigo 299 do Código Penal Brasileiro**, que:
a) A proposta foi **elaborada de forma independente**, sem qualquer troca de informações com outros licitantes.
b) Não houve conluio ou qualquer forma de combinação prévia sobre preços, estratégias ou participação no certame.
c) Nenhum integrante da Administração Pública teve acesso ao conteúdo da proposta antes da abertura oficial das propostas.
d) Estou plenamente ciente do teor e das **implicações legais** desta declaração.

7. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006:
7.1. Declaro, sob as penas da lei, que a empresa **NÃO ULTRAPASSOU O LIMITE DE FATURAMENTO** e cumpre os requisitos do **artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006**, sendo apta a usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

8. CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL:
8.1. Declaro que estou **ciente e concordo integralmente** com as disposições do edital e seus anexos, comprometendo-me a **cumprir todas as exigências de habilitação e execução do contrato**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins.

_____, _____ de _____ de 2026.

_____
Nome do representante e assinatura
Nome da empresa

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. ...../2026
PREGÃO ELETRÔNICO N°. ...../2026

O **MUNICÍPIO DE ITUTINGA-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 18.244.384/0001-53, com sede na Rua: Gabriel Leite, n°. 45, centro em ITUTINGA-MG, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **RODINELI ANTÔNIO DO NASCIMENTO,** inscrito no CPF sob o n° 078.XXX.XXX-13 e RG n°. MG-123.XXX.94, residente e domiciliado na Rua: Primeiro de Janeiro, n°. 39, Centro em Itutinga/MG, e do outro lado a Empresa: ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Senhor(a) ..... **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº. ...../2026 – Pregão Eletrônico nº. ...../2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de contratação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: (art. 92, I e II):
1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total de veículos da frota municipal.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1					
2					
3					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital do Pregão n°. 046/2026, constante do Processo n°. ...../2026;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINACEIRO E REAJUSTE:
2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, podendo ser prorrogado por igual período mediante anuência do fornecedor, nos termos da Lei.

2.2. As eventuais prorrogações da vigência deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, devidamente motivado, considerando a necessidade de continuidade do fornecimento dos itens, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e as condições estabelecidas no Contrato.
2.3. Para fins de prorrogação da vigência do Contrato, deverá ser demonstrado, por meio de pesquisa de mercado ou instrumento equivalente, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, observados os princípios da economicidade e da eficiência.
2.4. Durante a vigência do Contrato, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro, a qualquer tempo, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, que provoquem a ruptura da equação econômico-financeira inicialmente pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante requerimento formal da detentora do Contrato e análise técnica da Administração.
2.5. Em caso de prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da proposta ou do último reajuste concedido, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou, na sua ausência, por outro índice oficial que venha a substituí-lo, a ser apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
2.6. Durante toda a vigência do Contrato, inclusive em suas prorrogações, a detentora deverá manter a regularidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e, se for o caso, rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:
4.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
4.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO:

5.1. O valor do presente contrato é de R$: _____, __ (_____), constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela contratada, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. **Recebimento do Objeto:** O recebimento dos serviços prestados será realizado em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes etapas:

6.1.1. Recebimento provisório:

6.1.1.1. Realizado de forma sumária pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante conferência preliminar da quantidade e das condições gerais do objeto entregue.

6.1.1.2. O recebimento será formalizado por meio de registro ou termo provisório, observando eventuais não conformidades para análise posterior.

6.1.2. Recebimento definitivo:

6.1.2.1. Realizado após verificação detalhada da conformidade técnica dos itens, pela autoridade competente ou comissão designada, com emissão de termo detalhado que comprove o cumprimento integral das especificações contratuais.

6.1.2.2. Em caso de não conformidade, o objeto poderá ser rejeitado no todo ou em parte, com notificação formal à contratada para substituição ou correção, sem ônus adicional à Administração.

6.1.3. Ensaios e testes:

6.1.3.1. Quando exigidos por normas técnicas oficiais, ensaios, testes e demais provas de conformidade correrão por conta da contratada, salvo disposição contrária constante no edital ou no contrato.

6.2. Condições para o pagamento: As seguintes condições deverão ser atendidas para que o pagamento seja efetuado:

6.2.1. Conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas, prazos e condições contratuais estabelecidos.

6.2.2. Atestação formal pelo fiscal do contrato de que os serviços foram prestados corretamente e em conformidade com os requisitos contratuais.

6.2.3. Apresentação de documentos fiscais regulares, livres de erros ou inconsistências.

6.2.4. Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada no momento da liquidação da despesa.

6.3. Responsabilidade tributária:

6.3.1. Todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o fornecimento dos bens serão de responsabilidade exclusiva da contratada**.**

6.3.2. A Administração Pública realizará as retenções tributárias previstas na legislação vigente no momento do pagamento, informando à contratada os valores retidos na Nota Fiscal ou documento equivalente**.**

6.4. Rejeições e adequações:

6.4.1. Os serviços prestados que não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência serão rejeitados, total ou parcialmente.

6.4.2. A contratada deverá corrigir ou substituir, sem ônus adicional para a Administração, os serviços prestados no prazo máximo de 05 dias corridos após a notificação formal.

6.5. Suspensão do pagamento:

6.5.1. Caso sejam identificadas inconsistências nos documentos apresentados ou desconformidades nos serviços prestados, o prazo de pagamento será suspenso até a completa regularização, sem direito à aplicação de correção monetária ou acréscimos sobre o montante devido.

6.6. Disposições complementares:

6.6.1. Eventuais multas ou penalidades aplicadas à contratada serão deduzidas do valor a ser pago, conforme disposto no contrato e na legislação aplicável.

6.6.2. O pagamento será condicionado à conformidade integral dos serviços com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, não se admitindo entrega parcial ou incompleta sem justificativa prévia e autorização formal da Administração.

6.7. O pagamento dos produtos será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação do documento fiscal e fatura correspondente, isenta de erros.

6.7.1. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ POSSUIR CONTA BANCÁRIA PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EM CASOS ESPECÍFICOS DE PRODUTOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, A CONTA DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL. SE A LICITANTE VENCEDORA POSSUIR CONTAS DIFERENTES DAS INSTITUIÇÕES SUPRACITADAS, DEVERÁ ARCAR COM OS CUSTOS DAS TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS/TED/DOC. O CUSTO ATUAL VARIA DE R$ 10,00 A R$ 15,00 POR TRANSFERÊNCIA.

6.7.1. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.7.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

6.7.3. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega dos produtos desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos etc.

6.7.4. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, antes de ser completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata;

6.7.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou com vistas a ajustar o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA: (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1.1. Atestar a(s) apólice(s) relativas à execução do objeto

7.1.2. Permitir e facilitar a vistoria dos veículos a serem segurados;

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, de modo a zelar pela qualidade, transparência e agilidade na execução do serviço, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;
7.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal/fatura com o devido atesto pelo gestor responsável pela fiscalização do instrumento contratual;
7.1.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Contrato;
7.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.1.7. Fiscalizar e Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas, eventuais atrasos e irregularidades constatadas na execução do contrato para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
7.1.8. Exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados e da proposta apresentada, avaliando, também, a qualidade dos serviços realizados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte;
7.1.9. Verificar a documentação apresentada para fins de pagamento;
7.1.10. Comunicar formalmente à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade constatada na execução do objeto contratado
7.1.11. Designar o Fiscal do contrato, o qual certificará a qualidade e aceite do objeto contratado.

7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
7.2.1. Honrar os bônus adquiridos no contrato vigente;
7.2.2. Prestar assistência 24 horas;
7.2.3. Especificar na proposta valor da importância segurada;
7.2.4. Enviar um representante no prazo de 24 horas, para atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Itutinga, sempre que se fizer necessário;
7.2.5. Adotar as providências necessárias ao pagamento da indenização devida obedecendo aos prazos estabelecidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) após a entrega, por parte da Prefeitura Municipal de Itutinga de todos os documentos comprobatórios da ocorrência do sinistro;
7.2.6. Permanecer como único e total responsável, perante a Prefeitura Municipal de Itutinga pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela quantidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida;
7.2.7. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados obrigatoriamente em empresa livremente escolhida pela Prefeitura Municipal de Itutinga ou em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha aprovação e autorização da Prefeitura Municipal de Itutinga, observando que a reposição de peças será executada utilizando-se de peças originais;
7.2.8. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data de sua assinatura do contrato;
7.2.9. Realizar o objeto do contrato em estrita observância ao expresso e previamente autorizado pela Prefeitura Municipal de Itutinga;
7.2.10. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Prefeitura Municipal de Itutinga, atendendo de imediato às reclamações;

7.2.11. Manter entendimento com a Prefeitura Municipal de Itutinga, objetivando evitar transtornos nos atendimentos, mantendo sempre a Instituição informada de dados relevantes;
7.2.12. Responsabilizar-se pelas despesas com o cumprimento das obrigações sociais, civis, fiscais, tributárias e trabalhistas, decorrente a execução total deste contrato, correndo todas por sua exclusiva conta, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do CONTRATANTE para com estas obrigações;
7.2.13. Cumprir todas as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que der causa;
7.2.14. Arcar com todas as despesas referentes à mão-de-obra, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, contribuições para a Previdência Social e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução de entrega do objeto do instrumento contratual, inclusive quanto à criação de novos encargos, ficando Prefeitura Municipal de Itutinga excluída de qualquer solidariedade e responsabilidade civil, penal, fiscal, tributária ou trabalhista;
7.2.15. Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da Prefeitura Municipal de Itutinga, sem expressa autorização;
7.2.16. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, em especial a sua regularidade fiscal, através da apresentação das respectivas certidões, quais sejam: Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo inclusive as contribuições sócias previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212/1991), de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da pessoa jurídica, e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além da Certidão de Débitos Trabalhistas;
7.2.17. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Itutinga e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados, exceto em casos fortuitos ou de força maior contemplados no Código Civil Brasileiro, isentando em qualquer caso o CONTRATANTE em toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência de prejuízo;
7.2.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Itutinga, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Contratante;
7.2.19. Responder civilmente, pelos atos praticados por seus empregados e prepostos, quando da execução do objeto deste instrumento, suportando os ônus decorrentes de quaisquer danos materiais e morais, por eles causados a bens e pessoas, sem prejuízo do direito de regresso;
7.2.20. Manter sigilo total não divulgando quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do contrato, sem autorização, por escrito, da Prefeitura Municipal de Itutinga, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
7.2.21. Responder pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso em decorrência do objeto desta contratação;
7.2.22. Sob nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do conteúdo do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE, bem como transferir a responsabilidade da CONTRATADA para outras empresas;

7.2.23. Prestar informações e esclarecimentos à Prefeitura Municipal de Itutinga sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação;
7.2.24. Responder por quaisquer danos causados à Prefeitura Municipal de Itutinga ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou seu dolo na execução do contrato; a fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Prefeitura Municipal de Itutinga não reduzirão ou excluirão a responsabilidade da CONTRATADA;
7.2.25. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista, tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Itutinga, desde que de responsabilidade da CONTRATADA;
7.2.26. Realizar o objeto do contrato em estrita observância ao expresso e previamente autorizado pela Prefeitura Municipal de Itutinga.
7.2.27. Caso a Prefeitura Municipal de Itutinga seja demandada como réu ou reclamado, em quaisquer ações judiciais ou administrativas que possam ocorrer em consequência da execução deste contrato, fica a licitante obrigada a reembolsar à Prefeitura Municipal de Itutinga, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da intimação para pagamento da condenação, as despesas decorrentes da eventual condenação, custas, inclusive honorários periciais e advocatícios, com juros e atualização monetária.

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII):
8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):
9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.2.4. Multa:

9.2.5. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.2.6. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.2.7. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. Após a assinatura do instrumento contratual, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Transportes Joelson Luiz das Neves, ou pelos respectivos substitutos nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

11.6. A execução do objeto será fiscalizada por Joelson Luiz das Neves (Secretário de Transporte), com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

12.1. As apólices deverão ser disponibilizadas à Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da formalização da contratação ou da solicitação de emissão, conforme o caso, observadas as condições de início de vigência estabelecidas no contrato.

12.2. Os serviços serão prestados em favor dos veículos pertencentes à frota do Município de Itutinga/MG, com cobertura e atendimento em todo o território nacional, conforme as condições da apólice.

12.3. A contratada deverá garantir as coberturas contratadas durante todo o período de vigência das apólices, observados os limites, as franquias e as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos contratuais.

12.4. Deverá disponibilizar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, conforme as coberturas contratadas, incluindo os serviços de guincho e socorro emergencial previstos na apólice.

12.5. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para comunicação de sinistros e solicitação de assistência, informando à Contratante os telefones, endereços eletrônicos e demais meios de contato necessários.

12.6. Pagamento dos prêmios do seguro:

12.6.1. O pagamento dos prêmios do seguro será realizado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente acompanhado da documentação exigida e após o regular ateste e a liquidação da despesa, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável.

12.6.2. A contratada deverá informar, na apólice ou no documento de cobrança, o valor total do prêmio, a forma de pagamento, o número de parcelas, os respectivos vencimentos e eventuais encargos incidentes, quando aplicáveis, de acordo com a proposta vencedora e as condições pactuadas.
12.6.3. A contratada deverá observar as condições de vigência e de cobertura previstas nas apólices e no contrato, sendo vedada qualquer alteração unilateral das condições contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
13.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias doc. Anexado ao Processo físico e conforme a disponibilidade financeira existentes na data da efetiva contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS: (art. 92, III)
14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:
15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:
16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO: (art. 92, §1º)
17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itumirim – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itutinga, ... de ..... de 2026.

_____ _____
Rodineli Antônio do Nascimento Representante legal do CONTRATADO
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
Nome: _____ CPF: _____
Nome: _____ CPF: _____